



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 227/2025

AUTORIA: VEREADOR CLEIDIMAR ALEMÃO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E,

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO

PARECER CONJUNTO

Registramos que a emissão do Parecer será utilizada linguagem lacônica, de modo a favorecer o entendimento e efetivar os princípios jurídicos da eficiência e celeridade no serviço público, limitando nossas manifestações aos aspectos mais relevantes do tema, sem, contudo, deixar de abordar todas as nuances necessárias.

O presente Parecer em questão tem por finalidade o projeto de Lei Legislativo do Vereador Cleidimar Alemão, que **Institui o Programa “Escola Verde” nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Cariacica**, e dá outras providências.

A matéria em tela veio a estas Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e a Comissão de educação, Saúde e Turismo, em conformidade com os artigos 75 e 76 da Resolução 378/91 desta augusta Casa de Leis, para cada qual analisar os aspectos que são de sua competência, no que tange ao mérito e da legalidade da norma em tela.

No escopo do Desígnio, o autor deslumbra que tem por finalidade instituir o Programa “Escola Verde”, nas unidades escolares da rede municipal de Cariacica, visando integrar a educação formal com práticas de sustentabilidade, saúde e cidadania.

Prosseguindo no mesmo patamar é avultoso salientar que vivemos em um era que os problemas ambientais e alimentares estão cada vez mais presentes no cotidiano das comunidades. As crianças e jovens são diretamente afetados pela falta de alimentação adequada, pelo distanciamento da natureza e pela ausência de práticas educativas que incentivem o cuidado com o meio ambiente.

No que tange a tramitação da norma em destaque, é vultoso salientar, que encontra amparo e fundamento legal no artigo 30 incisos I e II da Constituição Federal em Verbis:

**Constituição Federal /1988:**

Art. 30. Compete aos Municípios:

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**

Prosseguindo na mesma toada, e relevante destacar o artigo 28, incisos I e II da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, que assim se encontra elencados:



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 330037003800330033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Constituição Estadual – ES. /1989:**

**Art. 28.** Compete ao Município:

**I - legislar sobre assunto de interesse local;**

**II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;**

Destarte, que a Lei Orgânica do Município de Cariacica em seu artigo 9º inciso I, que de forma eficaz, também sustenta a norma em apreciação, pois assim rege:

**Lei Orgânica Municipal /1990:**

**Art. 9º** Compete ao Município: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 14/2008)

**I - Legislar sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 14/2008).**

Porem, em forma de adequar a redação do Desígnio em questão e torna-lo mais eficaz, esta Comissão de Justiça usando de suas prerrogativas regimentais, apresenta Emenda Modificativas ao artigo 5º e 7º e Emenda Supressiva ao artigo 6º, que passam a regerem com as seguintes redações:

**EMENDAS MODIFICATIVAS:**

**Art. 5º – O Executivo Municipal, publicará a presente Lei no que couber**

**Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

**EMENDA SUPRESSIVA:**

**Art. 6º – Suprimido em todos os seus termos, renumerando-se os seguintes.**

Por fim, estas Comissões devidamente reunidas como determina a Resolução 378/61 deste Parlamento, e após debates e considerações opinam pelo prosseguimento da matéria em destaque, observando as Emendas Apresentadas, que após aprovadas farão parter do bojo da norma original, entendo assim, não haver qualquer óbice para o seu prosseguimento, sobejando ao veredito final, ao Douto Plenário desta Colenda Casa Legislativa.

É o Parecer

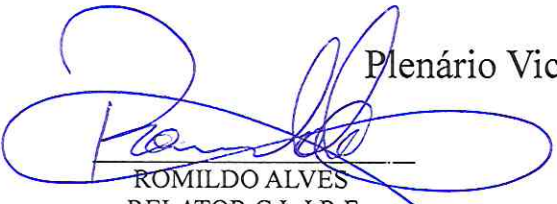




CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO


É o Parecer

Plenário Vicente Santorio, em 03 de fevereiro de 2026

  
ROMILDO ALVES  
RELATOR C.L.J.R.F.

  
MAURO D'URVAL  
RELATOR C.E.S.T.

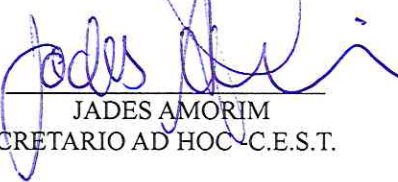
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

  
VEREADOR LEO DO IAPI  
PRESIDENTE C.L.J.R.F.

  
CLEIDIMAR ALEMÃO  
RELATOR C.L.J.R.F.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO

  
DR. FERNANDO SANTORIO  
PRESIDENTE C.E.S.T.

  
JADES AMORIM  
SECRETARIO AD HOC C.E.S.T.

